

**CARMEN HEIN DE CAMPOS
ELA WIECKO V. DE CASTILHO**
(ORGANIZADORAS)

MANUAL DE DIREITO PENAL COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2022

| RED | ALAS |

Copyright © 2022 by Carmen Hein de Campos
Ela Wiecko V. de Castilho

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini
Revisão técnica: Adriana Dornelles Farias e
Marina Nogueira de Almeida

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1227916

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

M294

Manual de direito penal com perspectiva de gênero / organizadoras:
Carmen Hein de Campos, ela Wiecko V. de Castilho. – Rio de Janeiro :
Lumen Juris, 2022.
642 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2294-1

1. Direito penal. 2. Feminismo. 3. Gênero. I. Campos, Carmen Hein de.
II. Castilho, Ela Wiecko V. de. III. Título.

CDD 345

Sumário

Parte I

Capítulo 1 – Olhares Feministas sobre o Direito Penal	3
1.1 Das Seleções Penais: Gênero, raça e classe no sistema de justiça criminal.....	3
1.1.1 Introdução.....	3
1.1.2 Uma Crítica da Crítica: Colocando as fontes criminológicas em diálogo	6
1.1.3 Feminismos e Articulações de Marcadores de Desigualdade.....	17
1.1.4 Decolonialidade, Processos de Desumanização e Sistema Penal...22	
1.1.5 Os Processos de Criminalização Primária/Secundária/Terciária	29
1.1.5.1 Da Análise de Caso 1: Lei n. 11.343/06 - “Lei de Drogas” e o caso Rafael Braga	34
1.1.5.2 Análise de Caso 2: Normas penais x mulheridades - caso Mariana Ferrer e HC 143.641-SP	37
1.1.6 Considerações Finais.....	40
Capítulo 2 – Uma História de Longa Data: Direito Penal e o contínuo público e privado	43
2.1 Direito Penal do Século XVI ao Século XIX: Fundamentos da violência de classe, de gênero e étnico-racial	43
2.1.1 O Direito Penal no Brasil Colônia: O sistema colonial-mercantilista.....	43

2.1.2 Dos Forais às Ordenações do Reino.....	45
2.1.3 As Ordenações Filipinas na Perspectiva de Classe, de Gênero e Étnico-Racial.....	48
2.1.4 As Normas Penais dos Povos Originários	53
2.2 O Código Criminal de 1830	54
2.3 O Código Penal de 1890.....	55
2.4 O Código Penal de 1940	56
2.5 Considerações Finais.....	57

Capítulo 3 – Sofrimento Feminino:

As prisões da miséria e a miséria das prisões.....	59
3.1 Início da Prisão de Mulheres no Brasil	59
3.1.1 Entre os Muros da Conversão	59
3.1.2 A Prisão Lar ou o Lar Prisão.....	62
3.1.3 A Conversão das Infiéis	69
3.1.4 A Penitenciária de Mulheres do Distrito Federal.....	73
3.1.5 O Presídio Feminino de São Paulo	76
3.2 Encarceramento Feminino e de Gênero: Perfilamento da condição das mulheres e pessoas LGBTQIA+ em situação de prisão.....	78
3.2.1 Introdução	78
3.2.2 Quem são as Mulheres Encarceradas no Brasil?.....	81
3.2.3 População LBTQIA+ em Situação de Privação de Liberdade.....	84
3.2.4 Por Quais Crimes as Mulheres Estão Presas?	88
3.2.5 Considerações Finais	90

3.3 Medidas Socioeducativas	91
3.3.1 As Meninas em Cumprimento de Medidas Socioeducativas no Brasil: Um olhar sobre os números.....	92
3.3.2 Medidas Socioeducativas: O olhar desde o sistema normativo	98
3.3.3 O Processo de Julgamento e a Execução de Medidas Socioeducativas	105
3.3.4 Meninas em Cumprimento de Medidas Socioeducativas: Aspectos da execução das medidas socioeducativas.....	110
3.4 Medidas de Segurança	116
3.4.1 Loucas e Presas: As invisíveis dentre as invisíveis	117
3.4.2 Medidas de Segurança: Função declarada de tratamento <i>versus</i> função real de contenção social e gestão de corpos....	120
3.4.3 A Sanção Penal Medida de Segurança à Luz da Lei da Reforma Psiquiátrica (LRP) e da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPCD).....	125
3.4.3.1 Princípios Constitucionais das Sanções Penais Aplicáveis às Medidas de Segurança	126
3.4.3.2 Princípios Previstos na CDPCD	128
3.4.3.3 Princípios Específicos das Medidas de Segurança Estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Segurança Pública	130
3.4.3.4 Princípios da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Privada de Liberdade (PNAISP) Aplicáveis às Medidas de Segurança e a EAP (Equipe de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei)	131
3.4.3.5 Lei n. 10.216/2001 (LRP) e CDPCD: Direitos da pessoa com deficiência psicossocial.....	132

3.4.3.6 Direitos das Usuárias de Saúde Mental em
Conflito com a Lei Penal Previstos na LEP.....135

3.4.3.7 Releitura Jurídico-Penal das Medidas de Segurança137

3.4.4 Efeitos Abolicionistas Penais da Medida de
Segurança e o Descontínuum do Controle
Formal Punitivo para o Controle Informal..... 151

Capítulo 4 – Teoria do Crime: Um ensaio sobre dogmática penal e pensamento situado 155

4.1 Introdução..... 155

4.2 A Teoria do Delito: Entre manuais e a realidade brasileira159

4.3 Para uma Dogmática Penal Situada: Alguns temas
de teoria do crime a partir de um caso 165

4.3.1 Tem Corpo o Tipo Penal?..... 167

4.3.2 Estrutura do Tipo e o Dever de Cuidado e Vigilância..... 173

4.3.3 Sentenciada: Questões de culpabilidade
e o problema do tipo subjetivo184

4.4 Considerações Finais189

Parte II

Capítulo 5 – Análise de Crimes com Perspectiva de Gênero195

5.1 Lei Maria da Penha - Lei n. 11.340 de 7 de Agosto de 2006.....195

5.1.1 Introdução.....195

5.1.2 Principais Conceitos196

5.1.3 Violência Baseada no Gênero198

5.1.3.1 Motivação de Gênero: Vulnerabilidade, hipossuficiência, subordinação, dependência (psicológica ou econômica), desproporcionalidade física, fragilidade e outros requisitos não previstos em lei	199
5.1.4 Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (art. 5º)	202
5.1.5 Interseccionalidades	205
5.1.6 Crimes Praticados com Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	206
5.1.6.1 Formas de Violência (art. 7º)	206
5.1.7 Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência (art. 24-A)	213
5.1.8 Considerações Finais	215
5.2 Crimes contra a Vida	216
5.2.1 Homicídio, Femicídio e Transfeminicídio	216
5.2.1.1 Homicídio (art. 121 e §§)	218
5.2.1.2 A Qualificadora do Femicídio: Reflexos de uma teoria feminista do direito aplicada ao direito penal	229
5.2.1.3 À Margem do Direito: O transfeminicídio e a importância de sua nomeação	236
5.2.2 Infanticídio; Abandono de Incapaz, Exposição ou Abandono de Recém-nascido; Abandono Material e Abandono Intelectual	239
5.2.2.1 Por que Discutir esses Crimes em Conjunto?	240
5.2.2.2 Infanticídio	242
5.2.2.3 Abandono de Incapaz: Abandonos e abandonadas	252
5.2.2.4 Exposição ou Abandono de Recém-Nascido	257
5.2.2.5 Abandono Material e Abandono Intelectual	259

5.2.2.6 Podemos Descriminalizar as Condutas? Quais? Por quê?....	261
5.2.3 Aborto (arts. 124 – 128).....	276
5.2.3.1 Contextualização Geral.....	277
5.2.3.2 Bem Jurídico Tutelado.....	283
5.2.3.3 Análise dos Tipos Penais	285
5.2.3.4 A Descriminalização do Aborto para Proteger a Vida das Mulheres e os Debates no Supremo Tribunal Federal ...	296
5.2.4 Lesões Corporais e Maus-Tratos	300
5.2.4.1 Lesões Corporais.....	300
5.2.4.1.1 Percursos e Trilhas: Breve introdução	302
5.2.4.1.2 O Crime de Lesões Corporais: Síntese da abordagem dogmática.....	304
5.2.4.1.3 Interpretações Marginais do Crime de Lesões Corporais: De que corpo estamos falando?	314
5.2.4.1.4 Considerações Finais	326
5.2.4.2 Maus-Tratos (art.136)	327
5.2.4.2.1 Percepções sobre o Tipo Penal de Maus-Tratos	327
5.2.4.2.2 Maus-Tratos e Lei n. 11.340/2006	337
5.3 Violência Moral e Psicológica	339
5.3.1 Crimes contra a Honra.....	339
5.3.1.1 Bem Jurídico ‘Honra’. O que é? Honra de quem?	341
5.3.1.2 Discussão Relativa aos Tipos Penais	343
5.3.1.3 Análise de Cada Tipo	344
5.3.1.4 Disposições Comuns	349

5.3.2 Constrangimento Ilegal e Ameaça.....	352
5.3.2.1 Crimes contra a Liberdade Individual.....	353
5.3.2.2 Constrangimento Ilegal	355
5.3.2.3 Ameaça (art.147)	358
5.3.2.4 Perseguição	360
5.3.3 Violência Psicológica.....	363
5.3.3.1 Conceito, Objeto e Bem Jurídico	363
5.3.3.2 Sujeitos do Crime	366
5.3.3.3 Condutas Previstas em Lei	368
5.3.3.4 Dano Emocional.....	369
5.3.3.5 Algumas Condutas Reais.....	372
5.3.3.6 Jurisprudência	373
5.4 Crimes contra a Liberdade Individual.....	376
5.4.1 Sequestro e Cárcere Privado	376
5.4.1.1 Conceito, Objeto e Bem Jurídico.....	376
5.4.1.2 Sujeitos do Delito	377
5.4.1.3 Elementos Constitutivos do Tipo.....	378
5.4.1.4 Consentimento do Ofendido	379
5.4.1.5 Considerações sobre as Formas Qualificadas do Delito.....	380
5.4.2 Redução a Condição Análoga à de Escravo	390
5.4.2.1 Introdução.....	390
5.4.2.2 Análise Técnico-Jurídica dos Tipos Penais Contidos no Art. 149, Caput	395

5.4.2.3 Análise Técnico-Jurídica dos Tipos Penais Contidos no Art. 149, §1º	401
5.4.3 Tráfico de Pessoas.....	404
5.4.3.1 Introdução.....	405
5.4.3.2 Análise Técnico-Jurídica do Tipo Penal Contido no Art. 149-A.	408
5.5 Crimes contra o Patrimônio (arts. 155-157)	417
5.5.1 Furto e Roubo	417
5.5.1.1 Contextualização.....	418
5.5.1.2 Análise Conjunta dos Crimes.....	421
5.5.1.3 Análise Doutrinária e Jurisprudencial de Mulheres Condenadas pelos Crimes de Furto e Roubo.....	432
5.6 Crimes contra a Dignidade Sexual (arts. 213- 231)	437
5.6.1. Estupro	439
5.6.1.1 Contextualização.....	439
5.6.1.2 O Tipo Penal do Estupro, o Objeto Jurídico e a Persistente Doutrina da Honra e da Honestidade.....	441
5.6.1.3 Bem Jurídico Protegido	443
5.6.1.4 Sujeitos do Crime	447
5.6.1.5 Atos Sexuais	455
5.6.1.6 Objeto Material.....	456
5.6.1.7 Estupro e Aborto Legal.....	458
5.6.1.8 Estupro Coletivo e Estupro Corretivo (art. 226, IV, a e b).....	458
5.6.1.9 Considerações Finais	461

5.6.2 Violação Sexual Mediante Fraude	462
5.6.2.1 Objeto Material e Jurídico	462
5.6.2.2 Faz Sentido Criminalizar a Violação Sexual Mediante Fraude?	468
5.6.3 Importunação Sexual.....	469
5.6.3.1 Contextualização Geral: Como as mulheres são importunadas sexualmente?	470
5.6.3.2 Análise do Tipo Penal	472
5.6.3.3 Jurisprudência	475
5.6.4 Assédio Sexual (art. 216)	478
5.6.4.1 Contextualização.....	478
5.6.4.2 Assédio Sexual como Violência de Gênero	480
5.6.4.3 Análise do Tipo Penal	482
5.6.4.4 A Prova do Crime de Assédio Sexual.....	485
5.6.5 Registro Não Autorizado da Intimidade Sexual (art. 216-B) e Divulgação de Cena de Estupro ou de Cena de Estupro de Vulnerável, de Cena de Sexo ou de Pornografia	486
5.6.5.1 A Atualidade do Problema e a Tipificação da Conduta.....	486
5.6.5.2 O Tipo Penal Incluído no Código Penal – e o Tipo Penal Não Incluído	493
5.6.5.2.1 Análise do Tipo Penal do Art. 216-B:	494
5.6.5.2.2 Análise do Tipo Penal do Art. 218-C	495
5.6.5.3 A Tendência à Culpabilização da Vítima na Pornografia Não Consensual	497

5.6.6 Estupro de Vulnerável.....	503
5.6.6.1 Contextualização.....	503
5.6.6.2 Análise do Tipo Penal	507
5.6.6.3 Da Presunção de Violência à Conceituação como Forma de Violência.....	512
5.6.6.4 A Sexualidade de Crianças e Adolescentes	513
5.6.6.5 Severidade das Penas e Desproporcionalidade entre Certas Conduitas e Penas.....	514
5.6.6.6 Considerações Finais.....	515
5.6.7 Lenocínio, Tráfico de Pessoa para Fim de Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual	516
5.6.7.1 Da Prostituição como Crime, ao Trabalho Sexual como Direito: Os limites da criminalização.	517
5.6.7.2 Inadequações do Capítulo V do Título VI do Código Penal.....	519
5.6.7.3 Análise dos Tipos Penais (arts 227, 228, 229, 230).....	520
5.6.7.4 O Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual (art.140-A, V)	525
5.6.7.5 Jurisprudência sobre o Tráfico de Pessoa para Fins de Exploração Sexual	528
Referências.....	531
Sobre as Autoras.....	613